



CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A

***Demonstrações Financeiras Intermediárias
Em 30 de junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018
e semestres findos em 30 de Junho de 2019 e 2018***



Relatório da Administração	03
Relatório dos Auditores Independentes	08
Ativo	10
Passivo	11
Demonstração do resultado	12
Demonstração do resultado abrangente	13
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	14
Demonstração dos fluxos de caixa	15
Notas explicativas	16



Senhores Acionistas, Clientes, Corretores, Colaboradores e Parceiros.

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da CAPEMISA Capitalização relativas ao primeiro semestre do exercício de 2019, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de seguros privados - SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

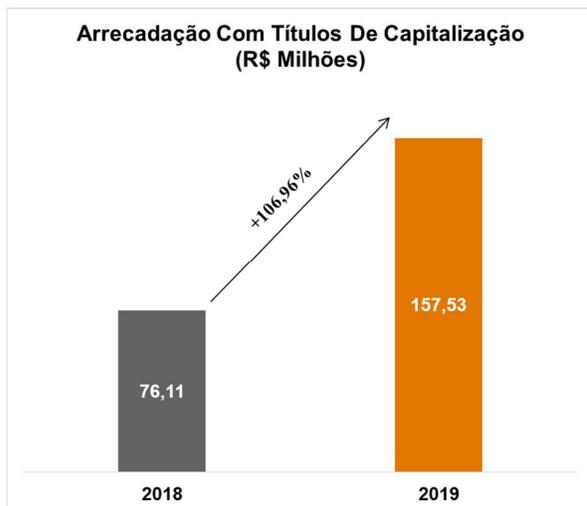
1. Desempenho das Operações de Capitalização

No ano de 2019, a CAPEMISA Capitalização S/A, manteve a sua política de melhorias em seus processos de gestão e de tecnologia, além de conquistar novos segmentos e canais de distribuição, visando um posicionamento mais relevante entre as principais companhias deste segmento de mercado.

Com a entrada em vigor do novo marco regulatório a partir de abril de 2019, foi criada uma nova modalidade (Filantropia Premiável). Com a mudança, uma parte significativa dos títulos comercializados pela companhia sofreram alterações na composição de seus preços, sendo este o principal motivo para o aumento de arrecadação e seus demais reflexos dentro dos principais números da companhia.

Nesse cenário a arrecadação com títulos de capitalização cresceram 106,96%, chegando à R\$ 157,53 milhões no primeiro semestre de 2019 (R\$ 76,11 milhões no mesmo período de 2018).

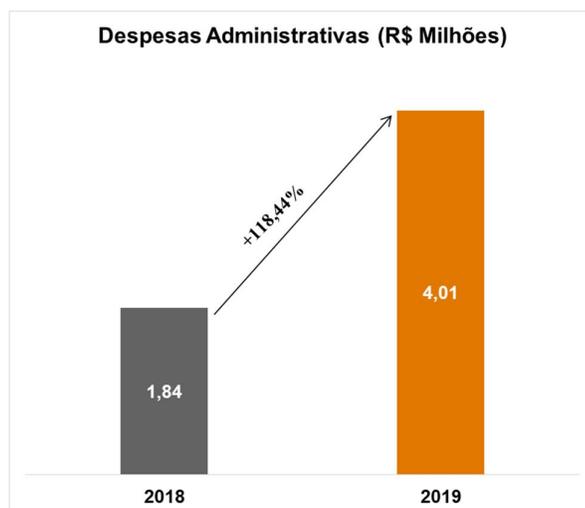
Nesse mesmo período a companhia constituiu R\$ 61,21 milhões de provisões para sorteio, contemplando 5.863 mil sorteados.



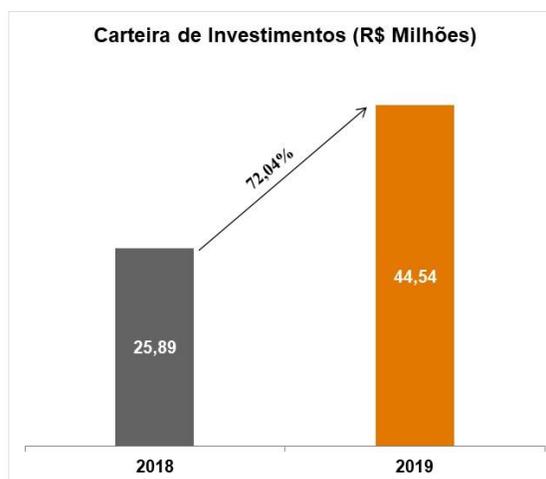
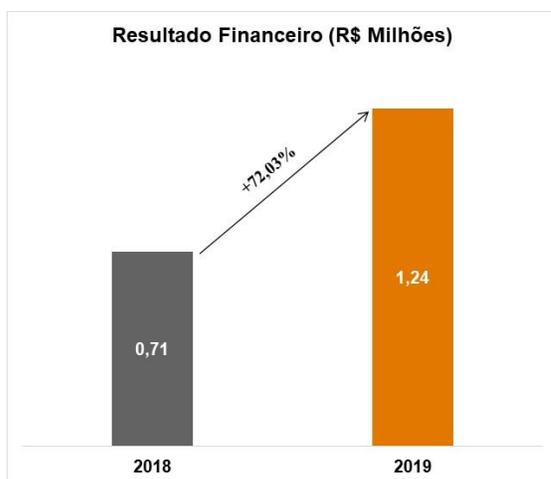
Esses resultados combinados com a variação das provisões técnicas elevam o resultado das operações de capitalização no primeiro semestre de 2019 em 119,34%, comparado com o mesmo período do exercício anterior.



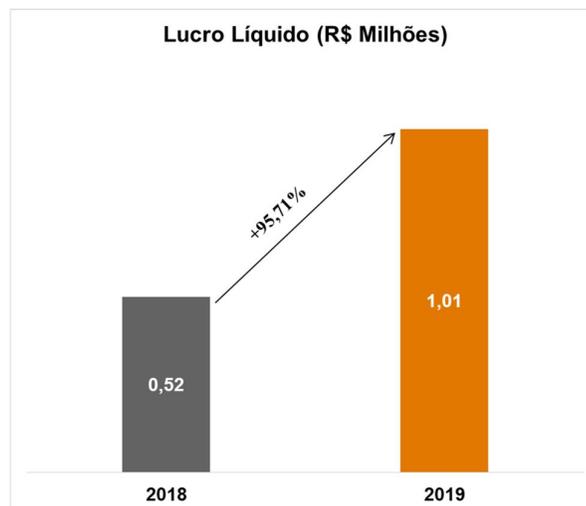
O novo marco regulatório demandou alguns investimentos no quadro de pessoal, em tecnologia e na mudança de processos. Outro vetor importante, foi a mudança na composição do preço dos produtos que fizeram com que as despesas com tributos aumentassem de forma significativa. Dentro desse cenário, as despesas administrativas aumentaram 118,44% em relação ao mesmo período de 2018, encerrando o semestre no montante de R\$ 4,01 milhões.



A companhia apresentou no primeiro semestre de 2019 um aumento de 73,73% no seu resultado financeiro em relação ao mesmo período de 2018. O principal fator foi o crescimento da carteira de aplicações financeiras administradas pela companhia, que na data base de junho de 2018 era de R\$ 25,89 milhões e atualmente é de R\$ 44,54 milhões.



Em 2019, a companhia apresentou um expressivo crescimento de 95,71% no lucro líquido, em comparação com o mesmo período em 2018, finalizando o semestre com lucro líquido de R\$ 1,01 milhão.



A companhia manteve o foco na perenidade das operações, na melhoria da eficiência da gestão dos recursos humanos, tecnológicos e financeiros. No período a companhia melhorou todos seus indicadores: aumentou seu faturamento, suas margens operacionais e seu resultado financeiro, maximizando os recursos da companhia e de seus acionistas.

2. Desafios e Gestão

O principal desafio da companhia para o segmento de capitalização é ampliar a participação de mercado atingindo novos segmentos e canais de distribuição, notadamente na modalidade de Filantropia Premiável, sem negligenciar as modalidades de Incentivo, Tradicional e Instrumento de Garantia.

Neste cenário, a companhia vem investindo seus recursos financeiros, tecnológicos e humanos para adaptar seus sistemas, processos e contratos a nova regulamentação, mantendo-se em *compliance* com as boas práticas de mercado.



3. Governança Corporativa

O Grupo CAPEMISA vem desenvolvendo o seu modelo de gestão com ações concretas de implementação dos princípios e das melhores práticas de Governança Corporativa. A revisão das diretrizes corporativas e o aprimoramento contínuo da gestão de riscos, dos controles internos e das ações de prevenção e combate à fraude e lavagem de dinheiro, têm permitido um salto em qualidade na manutenção e no refinamento do seu modelo de negócios, considerando sempre os padrões mais elevados de integridade, ética profissional e social. A segurança da informação é preocupação constante para o Grupo.

4. Declaração sobre a Capacidade Financeira

A Administração, em conformidade com as exigências legais, constituiu provisões, de acordo com as melhores práticas de gestão, tendo assim, seus riscos administrados e mitigados de acordo com as normas da SUSEP, o que ratifica a solvência da Companhia para cobertura de suas responsabilidades. A CAPEMISA Capitalização se mantém como empresa sólida e capaz de honrar seus compromissos, em sua totalidade, até o seu vencimento. Conforme requerido pela Circular SUSEP nº 517/15, e alterações, declaramos que os títulos classificados na categoria “até o vencimento” serão mantidos.

5. Reformulação, Reorganização Societária e/ou Alteração no Controle Acionário

A administração ressalta que não houve reformulações, reorganizações societárias e/ou alterações no controle acionário da Companhia.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas da
CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A.** (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S.A.** (“Sociedade”) em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos determinados pelo Órgão como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma

alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2019

Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes
CRC-RJ 005.333/O-0



Sheila Conrado
CRC-RJ 086.265/O-4

AUDITORIA · CONSULTORIA · TERCEIRIZAÇÃO · IMPOSTOS

Baker Tilly Brasil RJ Auditores Independentes atuando como Baker Tilly é um membro da rede global Baker Tilly International Ltd., cujos membros são pessoas jurídicas separadas e independentes.



CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A
(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de Junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

ATIVO	<u>Notas</u>	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
CIRCULANTE		51.590	54.413
Disponível		<u>407</u>	<u>709</u>
Caixa e bancos		407	709
Aplicações	4	<u>38.997</u>	<u>36.614</u>
Créditos das operações de capitalização	5	<u>11.332</u>	<u>17.039</u>
Créditos das operações de capitalização		11.332	17.039
Outros créditos operacionais	6	779	-
Títulos e créditos a receber	7	<u>54</u>	<u>31</u>
Títulos e créditos a receber		2	-
Créditos tributários e previdenciários	7.1	20	31
Outros créditos		32	-
Despesas antecipadas		<u>21</u>	<u>20</u>
ATIVO NÃO CIRCULANTE		5.644	5.297
Realizável a longo prazo		<u>5.640</u>	<u>5.292</u>
Aplicações	4	<u>5.548</u>	<u>5.261</u>
Títulos e créditos a receber	7	<u>92</u>	<u>31</u>
Créditos tributários e previdenciários	7.1	92	31
Imobilizado		<u>4</u>	<u>4</u>
Bens móveis		4	4
Intangível		<u>-</u>	<u>1</u>
Outros intangíveis		-	1
TOTAL DO ATIVO		<u>57.234</u>	<u>59.710</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A
(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de Junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

PASSIVO	<u>Notas</u>	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
CIRCULANTE		<u>35.017</u>	<u>38.983</u>
Contas a pagar		<u>1.851</u>	<u>1.979</u>
Obrigações a pagar	8	187	619
Impostos e encargos sociais a recolher	9	820	874
Encargos trabalhistas	9	242	109
Impostos e contribuições	10	602	377
Débitos de operações com capitalização		<u>397</u>	<u>-</u>
Débitos operacionais		397	-
Depósitos de terceiros	11	<u>353</u>	<u>879</u>
Provisões técnicas - capitalização	12	<u>32.416</u>	<u>36.125</u>
Provisão para resgates		26.338	26.918
Provisão para sorteio		5.569	8.847
Provisão administrativa		509	360
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>28</u>	<u>18</u>
Contas a pagar		<u>28</u>	<u>18</u>
Tributos diferidos	13	28	18
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	<u>22.189</u>	<u>20.709</u>
Capital social	14.1	16.759	13.258
Aumento de capital(em aprovação)	14.2	-	3.500
Reservas de lucros		4.375	3.929
Ajuste de avaliação patrimonial		42	22
Lucros acumulados		1.013	-
TOTAL DO PASSIVO		<u><u>57.234</u></u>	<u><u>59.710</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A
(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Semestres Findos em 30 de Junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	<u>Notas</u>	<u>30.06.2019</u>	<u>30.06.2018</u>
Receita líquida com títulos de capitalização		84.022	37.862
Arrecadação com títulos de capitalização		157.528	76.114
Variação da provisão para resgate		(73.506)	(38.252)
Variação das provisões técnicas		(149)	(30)
Resultado com sorteio		(61.207)	(34.708)
Custos de aquisição	16a	(17.667)	(274)
Outras receitas e despesas operacionais	16b	(455)	(778)
Outras receitas operacionais		64	34
Outras despesas operacionais		(519)	(812)
Despesas administrativas		(2.919)	(1.653)
Pessoal próprio	16.c	(2.004)	(1.062)
Serviços de terceiros	16.d	(592)	(409)
Localização e funcionamento	16.e	(224)	(43)
Publicidade e propaganda		(1)	(48)
Publicações		(63)	(64)
Donativos e contribuições		(25)	(21)
Despesas administrativas diversas		(10)	(6)
Despesas com tributos	16.f	(1.093)	(184)
Resultado financeiro	16.g	1.237	712
Receitas financeiras		1.453	829
Despesas financeiras		(216)	(117)
Resultado operacional		1.769	947
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		-	(6)
Resultado antes dos impostos e participações		1.769	941
Imposto de renda	17	(461)	(218)
Contribuição social	17	(267)	(191)
Participações sobre o lucro		(28)	(14)
Lucro líquido do período		1.013	518
(/) Quantidade de ações		15.914.000	13.200.000
Lucro líquido do período por ação (em reais)		0,06	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A
(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRAGENTES

Semestres Findos em 30 de Junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

	<u>Notas</u>	<u>30.06.2019</u>	<u>30.06.2018</u>
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		1.013	518
OUTROS RESULTADOS ABRAGENTES (ORA)			
Itens que serão reclassificados para o resultado:			
Ativos financeiros disponíveis para venda - ajuste a valor justo	4.1	70	(26)
Imposto de renda e contribuição social sobre outros resultados abrangentes	13	<u>(28)</u>	<u>12</u>
OUTROS RESULTADOS ABRAGENTES, LÍQUIDOS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>42</u>	<u>(14)</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		<u><u>1.055</u></u>	<u><u>504</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A
(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres Findos em 30 de Junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

DISCRIMINAÇÃO	Notas	RESERVAS DE LUCROS					LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
		CAPITAL SOCIAL	AUMENTO CAPITAL (EM APROVAÇÃO)	RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTARIA	AJUSTE TVM		
Saldos em 31 de dezembro de 2017		13.258	-	149	2.181	-	-	15.588
Distribuição de dividendos adicionais conforme Ata de AGO de 08 de março de 2018		-	-	-	167	-	-	167
Títulos e valores mobiliários reflexo		-	-	-	-	(14)	-	(14)
Resultado líquido do Período		-	-	-	-	-	518	518
Saldos em 30 de Junho de 2018		13.258	-	149	2.348	(14)	518	16.259
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		13.258	3.500	243	3.686	22	-	20.709
Capital integralizado em 17/01/2019		-	1	-	-	-	-	1
Revisão da proposta de distribuição do resultado de 2018, conforme AGO 27/02/2019		-	-	-	446	-	-	446
Aprovação Aumento de Capital conforme Portaria SUSEP/CGRAL 45 nº de 03/05/2019		3.501	(3.501)	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	20	-	20
Resultado líquido do Período		-	-	-	-	-	1.013	1.013
Saldos em 30 de Junho de 2019		16.759	-	243	4.132	42	1.013	22.189

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A
(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Semestres Findos em 30 de Junho de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>30.06.2019</u>	<u>30.06.2018</u>
Atividades Operacionais		
Lucro líquido do período	1.013	518
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	1	-
Redução ao valor recuperável dos ativos	62	8
Ganhos e perdas não realizados com TVM	20	(14)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(2.669)	(6.631)
Créditos das operações de capitalização	4.866	(1.334)
Créditos fiscais e previdenciários	(49)	(39)
Despesas antecipadas	(2)	(14)
Outros ativos	(34)	(24)
Impostos e contribuições	1.132	589
Outras contas a pagar	148	(499)
Débitos de operações com capitalização	397	-
Depósitos de terceiros	(526)	1.637
Provisões técnicas - capitalização	(3.710)	6.440
Caixa Gerado pelas Operações	<u>649</u>	<u>637</u>
Imposto sobre o lucro pagos	(952)	(401)
Caixa Líquido Gerado (Consumido) nas Atividades Operacionais	<u><u>(303)</u></u>	<u><u>236</u></u>
Atividades de Financiamento		
Aumento de Capital	1	-
Caixa Líquido Gerado nas Atividades de Financiamento	<u><u>1</u></u>	<u><u>-</u></u>
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	<u><u>(302)</u></u>	<u><u>236</u></u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	709	228
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	407	464

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.



CAPEMISA CAPITALIZAÇÃO S/A
(CNPJ.: 14.056.028/0001-55)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras intermediárias
Em 30 de Junho de 2019 e 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1- Contexto operacional

A Capemisa Capitalização S.A. (“Sociedade”) é uma Sociedade Anônima Fechada, autorizada a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para operar planos de capitalização em todo o território nacional, podendo, ainda, participar de outras Sociedades.

A Sociedade está atuando na modalidade incentivo e filantropia premiável. Entende-se por Modalidade Incentivo o Título de Capitalização que está vinculado a um evento promocional instituído pelo Subscritor. O subscritor neste caso é a empresa que compra o título e o cede total ou parcialmente (somente o direito ao sorteio) aos clientes consumidores do produto utilizado no evento promocional. E ainda, entende-se por Modalidade Filantropia premiável aquela em que o consumidor tem a prerrogativa em doar o resgate para uma entidade filantrópica já no ato da compra e permanece com o direito de participar dos sorteios.

2 - Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias

2.1 - Base de preparação

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, conjugadas com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, recepcionados pela SUSEP no que não contrariem a Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações. Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias foi realizado o critério de comparabilidade estabelecido no pronunciamento CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional e declara que não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações foram elaboradas com base no princípio da continuidade.

2.2 - Base de mensuração

As demonstrações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto os seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os instrumentos financeiros disponíveis para venda; e
- Provisões técnicas mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.

2.3 - Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Sociedade é o Real e todos os saldos, exceto quando indicado de outra forma, estão apresentados em milhares de reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

2.4 - Conclusão das demonstrações financeiras intermediárias

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela Administração em 27 de agosto de 2019.

2.5 - Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no resultado prospectivamente.

As notas explicativas listadas abaixo consideram as seguintes estimativas e premissas:

- (i) As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre valores reconhecidos nas demonstrações financeiras;
 - (ii) As informações sobre as incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material próximo no período contábil.
- Nota 2.6 – Estimativa do valor justo
 - Nota 2.7 – Gestão de Riscos
 - Nota 3.1 – Instrumentos Financeiros
 - Nota 3.6 e Nota 12 – Provisões Técnicas

- Nota 4 – Aplicações Financeiras

2.6 - Estimativa do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Pressupõe-se que os saldos dos créditos das operações de capitalização e os demais saldos de créditos a receber, menos a perda (*impairment*); contas a pagar e as provisões técnicas registrados pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos.

Os itens abaixo classificam os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação:

- **Nível 1** - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **Nível 2** - informações, além dos preços cotados no Nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- **Nível 3** - informações para os ativos ou passivos que não são baseados em dados observáveis de mercado (ou seja, premissas não observáveis).

2.7 - Gestão de riscos

A Capemisa Capitalização possui uma estrutura de Gestão de Riscos, com reporte direto à Diretoria, que reflete o seu tamanho, natureza e complexidade. A estrutura é liderada pela Superintendência de Governança Corporativa e visando manter o princípio da transparência na gestão de riscos, a Capemisa utiliza uma ferramenta que consolida os riscos, mantendo o monitoramento dos níveis de exposição aos principais riscos reportados na matriz *versus* os controles, contendo também o *workflow* e *follow-up* de cada plano de ação, que permite uma ação tempestiva e medidas cabíveis em caso de não conformidade com os limites definidos. Desta forma torna-se possível avaliar os riscos aceitos ou se há riscos que demandam uma estratégia de evitá-los, mitigá-los ou transferi-los. As principais categorias de riscos decorrentes dos negócios da Companhia são os Riscos de Subscrição, Crédito, Mercado e Operacional.

O processo de gerenciamento de riscos permeia diferentes departamentos, com os papéis e responsabilidades definidos no manual da organização e nele contempla a atuação integrada do gestor como proprietário dos riscos na primeira linha de defesa.

A Gestão de Riscos se dá por meio de políticas e estratégias que são reavaliadas frequentemente, a fim de proteger o resultado da Companhia. A Capemisa possui controles internos que se destinam, a garantir que essas políticas e estratégias sejam cumpridas de acordo com os objetivos definidos pela Companhia e seus acionistas.

Processo de Gestão dos Riscos Financeiros:

A Gestão de Risco dos instrumentos financeiros é conduzida na primeira camada pela Gerência Financeira que faz a gestão e executa as estratégias de investimentos considerando os critérios de liquidez, solvência, rentabilidade e segurança orientada pela Circular Normativa de investimentos, na qual estão inseridas as diretrizes de investimentos da Sociedade. Na segunda camada, a Sociedade possui um Comitê de Investimentos que tem por objetivo assessorar na Gestão de Investimentos, avaliando a conformidade com a legislação vigente e a Política de Investimentos contida na circular normativa de investimentos.

A atividade da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros, classificados como: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Risco de mercado

Consiste na possibilidade de perdas decorrentes das flutuações do valor dos ativos, cotações de mercado dada às oscilações do mercado financeiro, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco incluindo risco de moeda e de risco de preço.

O controle e a identificação dos riscos dos ativos financeiros são baseados em análise quantitativa, usando como base o modelo de capital de risco de mercado da SUSEP.

Visto o perfil de negócio da Sociedade, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para a efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimentos segregadas por fator de risco de mercado:

	30.06.2019	31.12.2018
Pós Fixados (SELIC/CDI)	83,66%	84,60%
Inflação (IPCA/IGPM)	0%	0%
Pré Fixados	16,34%	15,40%
Ações	0%	0%
Outros	0%	0%

Risco de crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Com o objetivo de minimizar o risco de crédito, em junho de 2019, a maior parte dos ativos garantidores está alocada em títulos públicos federais e o restante dos recursos alocados em ativos de créditos privados criteriosamente selecionados e que são monitorados diariamente pela gerência financeira e acompanhado pelo Comitê de Investimentos.

Em relação a emissões de empresas financeiras e não financeiras é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos. Um dos itens que integram as análises é o *rating* atribuído por agências especializadas.

O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente estava assim distribuído na data base, de acordo com a classificação das agências de *rating*: *Fitch*, *Moody's* e *Standard&Poor's*:

31.12.2018					
Rating	Debêntures	CDB/RDB	LF	NP	Total
A-	-	-	-	552	552

Em janeiro de 2019, a nota promissória que apresentava classificação de *rating* A- venceu, e não ocorreram novas aplicações similares àquela posição de dezembro de 2018.

Risco de liquidez

O Risco de Liquidez consiste na possibilidade de uma empresa não ser capaz de honrar seus compromissos financeiros.

Como forma de mitigar esse risco, a Capemisa monitora a solvência e as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O controle da posição de liquidez ocorre diariamente por meio do monitoramento do fluxo de caixa. A aplicação dos recursos garantidores de reservas técnicas e das provisões está de acordo com a regulação vigente, observando os critérios do ALM com vencimentos e liquidez capazes de fornecer margem para alcançar os objetivos da companhia.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez que a Sociedade está exposta:

Em 30.06.2019:

	Sem Vencimento	Vencidos		A Vencer		Total
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	
Caixa e Bancos	407	-	-	-	-	407
Aplicações	38.997	-	-	-	5.548	44.545
Créditos das Operações de capitalização	-	11.401	-	-	-	11.401
Outros créditos operacionais	-	-	-	779	-	779
Títulos e Créditos a receber	-	2	-	-	-	2
Total dos ativos	39.404	11.403	-	779	5.548	57.134

	Sem Vencimento	Vencidos			A Vencer		Total
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	
Contas a pagar	28	-	-	-	1.851	-	1.879
Débitos de operações com capitalização	-	397	-	-	-	-	397
Depósitos de terceiros	353	-	-	-	-	-	353
Provisões Técnicas	509	1.566	1.393	8	28.940	-	32.416
Total dos passivos	890	1.963	1.393	8	30.791	-	35.045

Em 31.12.2018:

	Sem Vencimento	Vencidos		A Vencer		Total
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	
Caixa e Bancos	709	-	-	-	-	709
Aplicações	36.062	-	-	552	5.261	41.875
Créditos das Operações de capitalização	-	4	-	17.042	-	17.046
Outros créditos operacionais	-	-	-	-	-	-
Títulos e Créditos a Receber	-	-	-	-	-	-
Total dos ativos	36.771	4	-	17.594	5.261	59.630

	Sem Vencimento	Vencidos		A Vencer		Total
		Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	
Contas a pagar	18	-	-	1.979	-	1.997
Débitos de operações com capitalização	-	-	-	-	-	-
Depósitos de terceiros	879	-	-	-	-	879
Provisões Técnicas	360	927	1.428	33.410	-	36.125
Total dos passivos	1.257	927	1.428	35.389	-	39.001

Derivativos

A Capemisa Capitalização não apresentou posicionamento direto em derivativos no primeiro semestre de 2019. A única exposição a derivativos se deve a fundos de investimentos abertos que utilizaram os mesmos na função de Hedge de carteira. A Capemisa realiza internamente acompanhamento dos ativos dos fundos de que é cotista e todos os fundos respeitam as regulações vigentes (Resolução BACEN nº 4.444 de 2015 e Resolução CNSP nº 321 de 2015). Observamos que os regulamentos desses fundos, além de determinarem que os derivativos somente podem ser utilizados na faculdade de Hedge das carteiras, estabelecem que os mesmos não podem realizar alavancagem de sua posição ou de seu patrimônio líquido.

3 - Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas são as seguintes:

3.1 – Instrumentos financeiros

3.1.1 – Caixa e equivalentes de caixa

Representam cheques emitidos e não compensados e numerário disponível em contas bancárias. Estes ativos apresentam risco insignificante de alteração do valor justo, e são acompanhados pela Sociedade na gestão das obrigações de curto prazo e estão representados pela rubrica “Caixa e Bancos”.

3.1.2 – Ativos financeiros

A Administração da Sociedade realiza a seguinte classificação dos seus ativos financeiros:

I. Valor justo por meio do resultado – Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. As mudanças no valor justo desses ativos, incluindo rendimentos e ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do período;

II. Disponíveis para venda – Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de “títulos para negociação” e “títulos mantidos até o vencimento”. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados ao resultado do período e são ajustados aos seus respectivos valores justos, classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os respectivos vencimentos. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica “Ajustes com Títulos e Valores

Mobiliários” no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. As valorizações e desvalorizações, quando realizadas, são apropriadas ao resultado do período, em contrapartida da mencionada conta no patrimônio líquido.

III. Mantidos até o vencimento - Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Sociedade tem intenção e capacidade de manter em carteira até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados no resultado do período.

IV. Empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros representados pelos créditos a receber e demais contas a receber, com pagamentos determináveis. Posteriormente, tais ativos são mensurados pelo custo amortizado, ajustado, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

3.2 - Redução ao valor recuperável

3.2.1 - Ativos financeiros

A Administração da Sociedade realiza a análise de recuperabilidade dos seus ativos no mínimo a cada data de balanço.

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Sociedade em condições não consideradas normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Se um evento subsequente indicar reversão da perda, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

3.2.2 - Créditos das operações de capitalização

A redução ao valor recuperável dos créditos das operações de capitalização é realizada

conforme critério definido na Circular SUSEP nº 517/15 e alterações, ou seja, para os créditos vencidos há mais de 60 dias a sociedade reconhece o registro em conta redutora ao ativo correspondente.

3.3 - Imobilizado

Mensurado ao custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item.

3.4 - Intangível

Mensurado pelo custo histórico, e é constituído por gastos com aquisição de software. As amortizações são calculadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil de 5 anos, à taxa de 20%a.a.

3.5 - Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (no exercício) para imposto de renda, e 15% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

3.6 - Provisões técnicas

3.6.1 - Provisão matemática para capitalização

A provisão matemática para capitalização deve ser constituída enquanto não ocorrido o evento gerador de resgate do título, e abrange a parcela dos valores arrecadados para capitalização, devendo ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial.

3.6.2 – Provisão para resgates

Deve ser constituída a partir da data do evento gerador de resgate do título e/ou do evento gerador de distribuição de bônus até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei,

nas modalidades a seguir:

3.6.2.1 - Resgate de títulos vencidos

Deve ser constituída para todos os títulos com prazo de vigência concluído.

3.6.2.2 - Resgate antecipado de títulos

Deve ser constituída para todos os títulos cancelados após o prazo de suspensão ou em função de evento gerador.

3.6.3 - Provisão para sorteios a realizar

A provisão para sorteios a realizar abrange a parcela dos valores arrecadados para sorteio e deverá ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.

3.6.4 - Provisão para sorteios a pagar

A provisão para sorteios a pagar deverá ser constituída, a partir da data de realização do sorteio até a data da liquidação financeira ou do recebimento do comprovante de pagamento da obrigação, ou conforme os demais casos previstos em lei.

3.6.5 - Provisão complementar de sorteios

A provisão complementar de sorteios deve representar a melhor estimativa para garantir o pagamento do prêmio de sorteio complementar ao previsto na PSR. Os critérios e cálculos para constituição de seu saldo, devem respeitar as cláusulas contratuais definidas para a realização de sorteios futuros com contemplação obrigatória ou de premiação instantânea.

3.6.6 - Provisão de despesas administrativas

A provisão para despesas administrativas tem o objetivo de garantir a cobertura das despesas administrativas futuras com a manutenção/operacionalização da carteira em um cenário de *run-off*.

3.6.7 - Prescrição de títulos

A Sociedade adota, nas provisões para resgates e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil.

3.6.8 - Reconhecimento dos efeitos inflacionários

Durante o período, as provisões técnicas foram atualizadas com base na TR.

3.7 - Avaliação de ativos e passivos

Os ativos e passivos são sujeitos à atualização monetária com base nos índices definidos legalmente ou em contratos.

3.8 - Classificação no circulante e não circulante

A Sociedade procede, no mínimo a cada data de balanço, a revisão dos valores inscritos no Ativo e no Passivo Circulante, como o objetivo de transferir para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base.

3.8.1- Ativos e passivos sem vencimento

A classificação entre circulante e não circulante para os ativos e passivos que não possuem vencimento é feita de acordo com a natureza e especificidade da operação.

Os ativos mantidos com o propósito de negociação são considerados no ativo circulante.

3.9 - Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência:

Para o reconhecimento das receitas de capitalização o registro é realizado a partir da data de emissão do produto de Pagamento Único (PU). O reconhecimento das despesas de provisões técnicas das operações de capitalização é na emissão do título. A própria natureza da operação dos produtos atualmente comercializados pela Capemisa Capitalização é suficiente para comprovar a contabilização das receitas de forma integral e não diferida. Isto porque, os sorteios ocorrem no primeiro ou segundo mês de vigência, conforme estabelecido em Nota Técnica Atuarial, não havendo, portanto, despesas residuais relevantes que justifiquem o diferimento da receita. A receita com prescrição de títulos corresponde às contribuições registradas nas provisões de sorteios a pagar, e são reconhecidas nos prazos estabelecidos no Código Civil.

4 - Aplicações Financeiras

4.1- Composição das aplicações financeiras

Em 30.06.2019:

<u>Categoria</u>	<u>Nível de Hierarquia</u>	<u>Taxa de Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>	<u>% por Categoria</u>
I- Valor justo por meio do resultado				37.266	37.266	83,66%
Fundo de Investimento de Renda Fixa	1	-	-	15.877	15.877	35,64%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2020	1.069	1.069	2,40%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2021	2.139	2.139	4,80%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2022	1.425	1.425	3,20%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2023	4.021	4.021	9,03%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2024	2.462	2.462	5,53%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2025	7.629	7.629	17,13%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2025	2.644	2.644	5,94%
II- Disponível para venda (*)				1.731	1.731	3,89%
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	8,05%	01/01/2022	580	580	1,30%
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	7,179% a 8,44%	01/01/2023	1.151	1.151	2,58%
III- Mantido até o vencimento (**)				5.548	6.003	12,45%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	7,94% e 10,33%	01/01/2022	2.845	3.088	6,39%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	9,19%	01/07/2022	2.703	2.915	6,07%
				44.545	45.000	100%

Em 31.12.2018:

<u>Categoria</u>	<u>Nível de Hierarquia</u>	<u>Taxa de Juros</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor Contábil</u>	<u>Valor Justo</u>	<u>% por Categoria</u>
I- Valor justo por meio do resultado				34.875	34.875	83,28%
Fundo de Investimento de Renda Fixa	1		-	14.174	14.174	33,85%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2020	1.037	1.037	2,48%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2021	2.074	2.074	4,95%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2022	1.383	1.383	3,30%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2023	3.901	3.901	9,31%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/09/2024	4.412	4.412	10,54%
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	1	SELIC	01/03/2025	7.894	7.894	18,85%
II- Disponível para venda (*)				1.187	1.187	2,84%
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	1	9,36%	01/01/2022	1.187	1.187	2,84%
III- Mantido até o vencimento (**)				5.813	6.037	13,88%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	9,60%	01/10/2020	510	531	1,22%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	9,159% e 10,33%	01/01/2022	2.161	2.295	5,16%
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	1	9,19%	01/07/2022	2.590	2.659	6,18%
Nota Promissória	1	CDI + 3,5%	22/01/2019	552	552	1,32%
				41.875	42.099	100,00%

(*) O Saldo na curva é de R\$ 1.661 em 30.06.2019 (R\$ 1.447 em 31.12.2018).

(**) Os referidos investimentos estão avaliados na "curva".

4.2- Movimentação das aplicações financeiras

	<u>Valor justo por meio do resultado</u>	<u>Disponível para venda</u>	<u>Mantido até o vencimento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2017	14.998	-	4.264	19.262
Aplicação	86.725	1.086	7.528	95.339
Resgate	(68.119)	-	(6.478)	(74.597)
Rendimentos	1.271	61	499	1.831
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	40	-	40
Saldo em 31.12.2018	34.875	1.187	5.813	41.875
Aplicação	60.659	1.648	562	62.869
Resgate	(59.285)	(1.209)	(1.091)	(61.585)
Rendimentos	1.017	76	264	1.357
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	29	-	29
Saldo em 30.06.2019	37.266	1.731	5.548	44.545

4.3- Garantia das Provisões Técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Aplicações em Renda Fixa	44.545	41.875

A Sociedade possui excesso de cobertura no montante de R\$ 12.129 (R\$ 5.750 em 31.12.2018).

5- Créditos das operações de capitalização

A composição dos créditos de títulos de capitalização a receber por vencimento, está distribuído da seguinte forma:

	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
A vencer entre 1 e 30 dias	-	17.042
Vencido entre 1 a 30 dias	6.693	
Vencidos entre 31 a 60 dias	4.639	-
Vencidos entre 61 e 150 dias	69	4
	<u>11.401</u>	<u>17.046</u>
Redução ao valor recuperável	(69)	(7)
	<u>11.332</u>	<u>17.039</u>

A movimentação dos créditos das operações de capitalização está demonstrada a seguir:

	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Saldo inicial	17.046	12.098
Emissões	157.528	211.978
Recebimentos	(163.173)	(207.030)
Saldo final	11.401	17.046

6- Outros créditos operacionais

Refere-se a realização do Instrumento Particular de Confissão de Dívida firmado em 07 de junho de 2019, no valor total de R\$ 909, com parcelas mensais de R\$ 130, sendo o primeiro pagamento para 18 de junho de 2019. O saldo remanescente em 30.06.2019 é de R\$ 779.

7 – Títulos e créditos a receber

7.1 - Créditos tributários e previdenciários

Circulante:

	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Imposto de renda a compensar	18	29
Contribuição social a compensar	2	2
	<u>20</u>	<u>31</u>

Não Circulante:

	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Imposto de Renda Diferido – Ajustes Temporais	60	23
Contribuição Social Diferido – Ajustes Temporais	32	8
Outros Créditos Tributários e Previdenciários	43	43
Redução ao valor recuperável	(43)	(43)
	<u>92</u>	<u>31</u>

A constituição de créditos tributários de ajustes temporais está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração as projeções que apontam para a geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos créditos tributários em até 10 anos.

Com base na avaliação interna, o estudo técnico demonstrou que o prazo para a realização dos créditos tributários é de até 12 (doze) meses.

8 - Obrigações a Pagar

	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Fornecedores	63	126
Dividendos a pagar	-	446
Pagamentos a efetuar	58	4
Participação nos lucros	29	43
Outras obrigações a pagar	37	-
	<u>187</u>	<u>619</u>

9 - Impostos, encargos sociais a recolher e encargos trabalhistas

	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Impostos e encargos sociais a recolher:</u>		
Imposto de renda retido na fonte	733	815
Contribuições previdenciárias e FGTS	60	46
Imposto sobre Serviços Retido	16	3
Outros impostos e encargos sociais	11	10
	820	874
<u>Encargos trabalhistas:</u>		
Férias a pagar	146	81
13º a pagar	35	-
Encargos sociais a recolher sobre férias	61	28
	242	109

10- Impostos e contribuições

	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Imposto de renda	101	182
Contribuição social	61	144
COFINS	378	44
PIS	62	7
	602	377

11- Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros são representados, basicamente, por cobrança antecipada de arrecadação com títulos de capitalização. Estão distribuídos conforme demonstrados a seguir:

	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
De 1 a 30 dias	353	549
De 30 a 60 dias	-	270
De 61 a 120 dias	-	47
De 121 a 365 dias	-	13
	353	879

12- Provisões Técnicas

Abaixo apresentamos a movimentação das provisões técnicas:

	PMC	PDA	PRA	PSP	PSR	PCS	Totais
Saldo em 31.12. 2017	11.418	273	-	2.312	-	-	14.003
Constituição	106.503	3.788	91.294	97.647	26.173	71.512	396.917
Reversão	(91.294)	(3.701)	(91.190)	(91.112)	(26.173)	(71.512)	(374.982)
Juros + Correção Monetária	187	-	-	-	-	-	187
Saldo em 31.12.2018	26.814	360	104	8.847	-	-	36.125
Constituição	73.506	2.730	74.212	61.207	28.172	33.049	272.876
Reversão	(74.212)	(2.581)	(74.251)	(64.485)	(28.172)	(33.049)	(276.750)
Juros + Correção Monetária	165	-	-	-	-	-	165
Saldo em 30.06.2019	26.273	509	65	5.569	-	-	32.416

13- Tributos diferidos

Está representado por imposto de renda e contribuição social incidentes sobre os outros resultados abrangentes, nos valores de R\$ 17 (R\$ 10 em 31.12.2018) e R\$ 11 (R\$ 8 em 31.12.2018), respectivamente.

14 - Patrimônio Líquido

14.1 - Capital Social

O capital subscrito é de R\$ 16.759 (R\$ 16.758 em 2018) e está representado por 15.914.000 (15.914.000 em 2018) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e está assim composto: 15.794.000 ações para a acionista controladora, Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A, e 120.000 ações para a acionista Capemisa Instituto de Ação Social.

14.2- Aumento de Capital

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de dezembro de 2018, às 16 horas, na sede da Sociedade, os acionistas da Capemisa Capitalização S/A deliberaram pelo aumento do seu capital social, no valor de R\$ 3.501, com a emissão de 2.714.000 ações, sendo o valor de R\$ 3.500 integralizado na mesma data, e o saldo remanescente a ser integralizado até 31 de janeiro de 2019. A referida deliberação foi submetida à apreciação da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP em 18 de janeiro de 2019, sob o nº de processo 15414.601415/2019-29.

Em 2019, através da portaria nº 45 de 03 de maio de 2019, a SUSEP aprovou as deliberações tomadas pelo acionistas através da Assembleia Geral Extraordinária realizada

em 18 de dezembro de 2018.

14.3- Reservas de Lucros

A reserva legal é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Será constituída pela Sociedade até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com a Lei.

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as deduções legais, a constituição da reserva legal e a distribuição de dividendos, deverá constituir a Reserva de Investimento e Capital de Giro, que tem por finalidade assegurar investimentos no Ativo Permanente e acréscimo do Capital de Giro da Sociedade, podendo, inclusive, absorver prejuízos.

14.4- Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme legislação societária e estatuto social. O Estatuto Social ainda autoriza a Sociedade, mediante proposta da Diretoria, aprovada pela Assembleia Geral, a declarar dividendos à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço.

Com base na Assembleia Geral Ordinária de 27/02/2019, os acionistas revisaram a proposta de destinação do lucro líquido de 2018, e deliberaram que o lucro líquido do exercício de 2018, após constituição das reservas obrigatórias, fosse destinado a constituição da reserva estatutária.

15 - Patrimônio Líquido Ajustado – PLA

Apresentamos a posição do patrimônio líquido ajustado da Capemisa Capitalização em conformidade com a Resolução CNSP nº 343, de 26.12.2016:

	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Patrimônio líquido:	22.189	20.709
I- Ajustes Contábeis		
Despesas antecipadas	(21)	(20)
Ativos Intangíveis	-	(1)
II- Ajustes associados à variação dos valores econômicos		
Diferença entre valor de mercado e valor dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	273	123
Patrimônio líquido ajustado	<u>22.441</u>	<u>20.811</u>

16- Adequação de Capital

	<u>30.06.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
(a) Capital Base	10.800	10.800
(b) Capital de Risco	3.795	3.773
CR Subscrição (i)	1.672	1.208
CR Crédito (ii)	1.421	1.923
CR Operacional (iii)	876	871
CR Mercado (iv)	616	464
Patrimônio Líquido ajustado	22.441	20.811
Capital Mínimo Requerido – CMR: maior entre (a) e (b). (v)	10.800	10.800
Suficiência de capital - R\$	<u>11.641</u>	<u>10.011</u>

(a) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016 e suas alterações, dispõe que o Capital Base é o montante fixo de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo;

(b) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016 e suas alterações, dispõe que Capital de Risco é o montante variável de capital que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para garantir os riscos inerentes à operação.

(i) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016 e suas alterações, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de subscrição das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais.

(ii) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016 e suas alterações, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de crédito das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais.

(iii) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016 e suas alterações, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco operacional das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais.

(iv) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016 e suas alterações, dispõe sobre os critérios de estabelecimento do capital adicional baseado no risco de mercado das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização e resseguradoras locais.

(v) A Resolução CNSP nº 321/2015 de 15 de julho de 2015, alterada pela Resolução CNSP nº 343/2016 e suas alterações, dispõe sobre o capital mínimo requerido para autorização e

funcionamento e sobre o plano de regularização de solvência das sociedades seguradoras, das entidades abertas de previdência complementar, das sociedades de capitalização e das resseguradoras locais. Capital Mínimo Requerido (CMR) é o capital total que a sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o Capital Base e o Capital de Risco.

17- Detalhamento das contas de resultado

	<u>30.06.2019</u>	<u>30.06.2018</u>
a) Custos de aquisição	(17.667)	(274)
Distribuição de título de capitalização	(15.456)	-
Impressos e materiais de vendas	(1.252)	-
Outros custos de aquisição	(959)	(274)
b) Outras receitas e despesas operacionais	(455)	(778)
Outras receitas com títulos de capitalização	64	34
Outras despesas com títulos de capitalização	(519)	(812)
c) Despesas com pessoal	(2.004)	(1.062)
Despesas com administração e empregados	(1.315)	(719)
Despesas com indenizações	(2)	-
Despesas com encargos sociais	(367)	(194)
Despesas com assistência social	(236)	(112)
Outras despesas com pessoal	(84)	(37)
d) Despesas com serviços de terceiros	(592)	(409)
Manutenção de software	(501)	(322)
Outros	(91)	(87)
e) Despesas com localização e funcionamento	(224)	(43)
Aluguel	(88)	-
Viagens	(50)	(22)
Malotes	(20)	(4)
Outros	(66)	(17)
f) Despesas com tributos	(1.093)	(184)
PIS e COFINS sobre operações de capitalização	(1.056)	(147)
Taxa de fiscalização	(34)	(37)
Outros	(3)	-

g) Resultado financeiro	1.237	712
Receitas financeiras	1.453	829
Rendimento de renda fixa - títulos privados	3	94
Rendimento de renda fixa - títulos públicos	932	669
Outras receitas financeiras	518	66
Despesas financeiras	(216)	(117)
Despesas com títulos de renda fixa	(51)	(49)
Despesas com provisões técnicas de capitalização	(165)	(68)

18 - Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores registrados como despesas de imposto de renda e de contribuição social, como segue:

	30.06.2019		30.06.2018	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ/CSLL	1.741	1.741	927	927
Adições/Exclusões permanentes	151	36	68	25
Adições/Exclusões temporárias	147	161	(5)	7
Lucro Real	2.039	1.938	990	959
Alíquota nominal (*) – (**)	25%	15%	25%	20%
Impostos Devidos	498	291	235	192
Incentivos fiscais (***)	-	-	(18)	-
Impostos às alíquotas pela legislação vigente	498	291	217	192
Impostos apresentados na demonstração do resultado	(461)	(267)	(218)	(191)
Imposto corrente	498	291	(217)	(192)
Imposto diferido	(37)	(24)	(1)	1
Alíquota efetiva	26,47%	15,33%	23,51%	20,60%

(*) No caso do IRPJ, considera-se 10% sobre a parcela que exceder a R\$ 240 por ano, sendo aplicada proporcionalmente em períodos menores (R\$ 20 por mês). (**) Em 30.06.2018, para fins de CSLL era considerada a Lei nº 13.169/15 majorou a alíquota da CSLL de 15% para 20%. (***) A empresa aderiu ao Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei nº 11.770/2008 e regulamentado pelo Decreto nº 7.052/2009.

19- Transações com partes relacionadas

A Sociedade possui operações com partes relacionadas, realizadas em condições compatíveis com as de mercado. Os saldos decorrentes de tais transações estão demonstrados a seguir:

	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	31.12.2018	30.06.2019	30.06.2018	30.06.2019	30.06.2018
Partes relacionadas								
Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A	-	289	429	803	1.738	3.298	1.093	1.970
Capemisa Instituto de Ação Social	-	-	-	3	-	-	-	-

19.1- Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, está demonstrada a seguir:

	30.06.2019	30.06.2018
Remuneração e outros benefícios de curto prazo	603	588

20 - Outros Assuntos

- CPC 48 – “Instrumentos Financeiros” aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do CPC 48 foi publicada em dezembro de 2016, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o CPC 48 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

O normativo citado acima será aplicado quando referendado pela SUSEP.

Os possíveis impactos decorrentes da adoção destas alterações estão sendo avaliados pela Administração e serão concluídos até a data da entrada em vigor das normas.

20.1 – Marco Regulatório

Em 3 de maio de 2018, foi publicada a Circular SUSEP nº 569, que dispõe sobre a operação de capitalização, as modalidades, elaboração, operação e comercialização de títulos de capitalização e dá outras providências, com entrada em vigor em 120 dias da data de

publicação.

Em 28 de agosto de 2018, foi publicada a Circular SUSEP nº 576 que altera a Circular SUSEP nº 569, e estabelece regras para a elaboração, a operação e a propaganda e material de comercialização de títulos de capitalização, e dá outras providências, com entrada em vigor em 31/08/2018.

Com os novos normativos, os títulos de capitalização passam a ser estruturados em seis modalidades (tradicional, instrumento de garantia, compra programada, popular, incentivo e filantropia premiável) e as Sociedades de capitalização não poderão comercializar títulos em desacordo com as normas após 120 dias de sua entrada em vigor.

Em 19 de dezembro de 2018, através da Circular SUSEP nº 582, que altera as Circulares SUSEP nº 569 e nº 576, houve a prorrogação do prazo de adaptação acima para 240 dias, dentre outras alterações.

A Sociedade após processo de adaptação se encontra adequada dentro do prazo aos normativos emitidos pelo Órgão Regulador.

21 - Comitê de Auditoria

Em consonância com Capítulo VII da Resolução CNSP nº 321/15, e alterações, a Capemisa Capitalização S/A aderiu ao Comitê de Auditoria instituído por sua Controladora, Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A. O resumo do relatório do Comitê de Auditoria será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2019 da instituição controladora.

Jorge de Souza Andrade
Diretor – Presidente

Marcio Augusto Leone Koenigsdorf
Diretor

Marcio Coutinho Teixeira de Carvalho
Diretor

Rafael Graça do Amaral
Diretor

Elida Cristina Cassundé dos Santos Lopes
Contador – CRC – RJ 93.879/O-2

Patricia Fernandes Nepomuceno Pinto
Atuário – MIBA Nº 2476